

**ATA**

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereadora Sofia Ferreira** – Disse que a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar a evolução epidemiológica de SARS - CoS-2 (COVID -19) em estreita colaboração com a autoridade de saúde pública local. Informou que a Autarquia dispõe de um plano de contingência onde se define um conjunto de procedimentos de prevenção da infeção, seguindo as recomendações emitidas pela Direção-Geral da Saúde, tendo definido todos os procedimentos no sentido de antecipar e gerir o impacto no funcionamento dos serviços municipais, bem como de proporcionar a informação adequada aos trabalhadores da autarquia, quer em termos de prevenção, quer de identificação e de atuação perante eventuais casos. Disse ter sido constituída uma estrutura interna que funciona em articulação com os agentes de saúde e proteção civil locais e que centraliza as respostas e decisões face à evolução da situação municipal. Por último, disse que o

Município está a acompanhar todo o processo evolutivo do surto junto das escolas do concelho, disponibilizando-se para o que for útil e necessário. -----

**2. Vereador Bruno Fernandes** – Referiu que o desemprego em Guimarães continuava a subir, mencionando os últimos dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional que registam uma taxa de desemprego em Guimarães de 7,2% comparativamente com a média nacional de 6,7%. Disse que retomava este tema porque os indicadores continuam a espelhar uma realidade incontornável, considerando que a Autarquia está a falhar no papel que lhe cabe ao nível da dinamização económica do concelho. Fez um histórico sobre a atuação do Município nos últimos 10 anos referindo que a estratégia das indústrias criativas não foi avante, tendo o mesmo acontecido, na sua opinião, com a produção de sabonetes termais, anunciada como novo paradigma da reconversão industrial do Município. De seguida, referiu o anúncio, em janeiro de 2018, da Academia Industrial como a grande solução para o setor industrial do concelho e a apresentação pública do respetivo projeto em fevereiro do ano passado pelo Ministro Adjunto e da Economia, numa sessão de apresentação do I9G, projeto de inovação e desenvolvimento empresarial desenhado para o crescimento e a instalação de empresas do município de Guimarães, no sentido de instalar a Academia Industrial. Continuou, dizendo que, volvidos 2 anos, é noticiada uma reunião com o Ministro Adjunto e da Economia com o intuito de resolver o impasse com a criação da Academia Industrial, ancorada no edifício da antiga Fábrica do Alto, em Pavidém. Assim, perguntou quantos anos mais ainda se terá de esperar para que se resolva o impasse da Academia Industrial. Concluiu, dizendo que os dados do desemprego são preocupantes aproveitando para perguntar para quando vai ser feito o acesso ao parque industrial de S. Torcato. -----

**3. Vereador Hugo Ribeiro – a)** – Reiterou o pedido feito na última reunião



1.  
m

de Câmara de informação sobre as verbas transferidas para as freguesias do concelho; **b)** – Perguntou se o Presidente da Câmara concordava com a plantação de palmeiras na sequência do arranjo urbanístico e da execução do parque de lazer inclusivo no Parque Industrial de Ponte; **c)** – Quis saber se estava a ser pensado um plano de contingência relativamente ao impacto económico que poderá provocar o COVID-19 no concelho de Guimarães. -----

**4. Vereador Ricardo Costa** – Começou por esclarecer que não se devia confundir a ocupação da Plataforma das Artes que compreende áreas para as indústrias criativas e espaços ocupados na sequência de hastas públicas realizadas. Disse que era necessário prever os empregos de futuro apostando-se na requalificação e reconversão dos recursos humanos, porque há oferta de emprego qualificado por parte das empresas sedeadas no concelho. Disse que a Academia Industrial é uma ideia inovadora acolhida pelo Governo que prevê projetos de transformação digital em consórcio com o tecido empresarial e os centros de conhecimento. Referiu a estreita colaboração do Município com a delegação de Guimarães do Instituto do Emprego e Formação Profissional no sentido de adequar as formações profissionais às necessidades das empresas, que são cada vez mais de cariz tecnológico. Finalizou, dizendo que a Autarquia e o Ministério da Economia estão a traçar um caminho a longo prazo para construir o futuro com os empresários de Guimarães. -----

**5. Presidente da Câmara** – **a)** - Ainda sobre a questão do emprego no concelho, referiu os dados de 2019 da PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo, em que Guimarães surge como a cidade que mais desenvolveu o emprego criativo. Referiu, ainda, a informação do Ministério da Economia e do Planeamento de que Guimarães tem um tecido económico excecional, com 4.000 microempresas de 5 a 10 trabalhadores com um volume de vendas superior a 1,2 mil milhões de euros. Disse que no

âmbito do projeto I9G será levada a cabo uma experiência piloto com um conjunto de empresas que, através da transformação digital e em articulação com a Academia Industrial, assumirão o propósito de aumentar em determinado número de vezes mais o seu volume de negócios, num demarcado período de tempo. Disse que a transformação digital é o grande desafio para a indústria, tendo considerado importante incentivar e apostar já na inovação, na ciência e no desenvolvimento tecnológico, para as empresas terem capacidade de resposta. Mostrou-se disponível para continuar a analisar a questão da economia, defendendo que Guimarães tem um legado de dois séculos de um setor industrial pujante e atento ao presente e ao futuro. Por último, disse que a acessibilidade ao parque industrial de S. Torcato será inserida nas obras de requalificação em curso no Vale de S. Torcato, após esta 1ª fase; **b)** – Informou que os serviços estavam a compilar a informação respeitante à transferência de verbas para as freguesias do concelho que, oportunamente, lhe será remetida; **c)** – Sobre a plantação de palmeiras em Ponte disse respeitar a decisão da respetiva Junta de Freguesia dentro do quadro legal de competências daquela Autarquia. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do ofício da Assembleia Municipal n.º 4, datado de 24 de fevereiro de 2020, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 21 de fevereiro, das seguintes propostas: **1. Por maioria – a)** – Contrato de empréstimo de longo prazo no montante de €12.000.000 – Alterações à Minuta do Contrato, **b)** – Alteração ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, no Município de Guimarães, **c)** – Projetos Económicos de Interesse Municipal - Reformulação do Instrumento de Diagnóstico e de Avaliação da Empresa, **d)** – Alteração do Mapa de Pessoal, **e)** –



12

fr

Recrutamento para Cargo Dirigente – Chefe da Divisão de Estudos e Projetos - Designação de Júri, **f)** – Recrutamento para Cargo Dirigente – Chefe da Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação - Designação de Júri, **g)** – Cooperativa Taipas Turitermas - Contrato-Programa para o Exercício Económico do Ano 2020, **h)** – Laboratório da Paisagem – Contrato-Programa - Alteração do Prazo de Início de Vigência e Aprovação da Repartição de Encargos; **2. Por unanimidade – a)** – Contrato de empréstimo de longo prazo no montante de €12.000.000 – Alterações à Minuta do Contrato, **b)** – Alteração ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, no Município de Guimarães, **c)** – Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 25 de maio de 2017 com a empresa CLOTHE-UP – DESENVOLVIMENTO TÊXTIL UNIPessoal, LDA., **d)** – Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 7 de setembro de 2018 com a empresa SOUSAPRATOS, LDA, **e)** – Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 6 de julho de 2016 e posteriores adendas datadas de 11 de dezembro de 2017 e 10 de outubro de 2018, com a empresa C.S.M. – Lavandaria Industrial, Lda., **f)** – Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 7 de Setembro de 2017 e posterior adenda datada de 8 de janeiro de 2019, com a empresa SECILOR – SERRALHARIA CIVIL DE LORDELO, UNIP. LDA., **g)** – Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 21 de setembro de 2018 com a empresa CARLOS & NUNO CUNHA, LDA., **h)** – Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 2 de novembro de 2017 com a empresa LUMATEX INDÚSTRIA TÊXTIL, LDA., **i)** – Alteração do Mapa de Pessoal, **j)** – Recrutamento para Cargo Dirigente – Chefe da Divisão de Estudos e Projetos - Designação de Júri, **k)** – Recrutamento para Cargo

Dirigente – Chefe da Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação - Designação de Júri, **l)** – Concurso público n.º 8-19 - Aquisição de bens – Gasóleo rodoviário a granel - Retificação da repartição de encargos, **m)** – Associação de Fins Específicos Quadrilátero Urbano - Contrapartida Nacional, **n)** – Festas de Interesse Concelhio – Apoios Financeiros para 2020, **o)** – Atribuição de Apoios às Associações Desportivas - Época 2019/2020 e Contratos - Programa Transitados da Época Desportiva 2018-2019 – Compromissos plurianuais, **p)** – Admissão do Município de Guimarães à ADAPT.LOCAL – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, **q)** – Freguesia de Ronfe - Cedência de Autocarro, **r)** – Junta de Freguesia de Barco - Cedência de autocarro, **s)** – Junta de Freguesia de Ronfe - Cedência de autocarro, **t)** – Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos - Cedência de autocarro, **u)** – União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Doação de equipamento, **v)** – Freguesia de Gonça – Subsídio – Ano de 2018, **w)** – União das Freguesias de Atães e Rendufe – Subsídio – Ano de 2019, **x)** – Freguesia de Creixomil – Subsídio – Ano de 2017 – Primeira Revisão, **y)** – Freguesia de S. Torcato – Subsídio – Ano de 2019 – Primeira Revisão, **z)** – União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite – Subsídio – Ano de 2018 – Segunda Revisão, **aa)** – Freguesia de Creixomil – Subsídio – Ano de 2018 – Segunda Revisão, **bb)** – União das Freguesias de Serzedo e Calvos – Subsídio – Ano de 2019, **cc)** – Freguesia de Brito - Continuidade do projeto “MoveBrito” - 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021, **dd)** – Freguesia de Ponte – Subsídio – Ano de 2019, **ee)** – União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil – Atribuição de Subsídio – obras de reconstrução de muro na Rua Monte da Boavista, **ff)** – Freguesia de Ronfe - Continuidade do projeto “intervenção local: promoção da qualidade de vida” - 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021, **gg)** – União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São



4  
pu

Salvador e Gondomar – Delegação Competências e Subsídio – Requalificação da rua 24 junho e da rua da Saudade, **hh**) - Freguesia de Azurém - Continuidade do Projeto “Oficina das Letras” - 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021, **ii**) - Freguesia de Infantas – Subsídio - Ao de 2018 – Segunda Revisão, **jj**) - Freguesia de Infantas – Subsídio - Ano de 2019 – Primeira Revisão, **kk**) - Freguesia de Caldelas - Projeto “Este lugar não é para velhos: espaço convívio sénior” - 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021, **ll**) - Inventário patrimonial do Município de Guimarães - Regularização de processos relativos a obras realizadas na rede viária da competência das Freguesias - Atribuição de apoios a Freguesias, **mm**) - Freguesia Infantas - Continuidade do projeto “Consigo: equipamentos adaptativos e acompanhamento de proximidade” - 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021, **nn**) - Subsídios no âmbito do RMECARH (1º semestre de 2020), **oo**) - Freguesia de Gonça - Revitalização do campo de jogos com instalação de relvado sintético, **pp**) - Freguesia de São Torcato – Iluminações de Natal 2019 - Atribuição de subsídio, **qq**) - União Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar – Atribuição de subsídio – Projeto de ampliação do edifício da Junta de Freguesia, **rr**) - Freguesia de Ponte – Programação de Natal 2019 - Atribuição de subsídio, **ss**) - Freguesia de Azurém – Iluminações de Natal 2019 - Atribuição de subsídio, **tt**) - Freguesia de Caldelas – Iluminações de Natal 2019 - Atribuição de subsídio, **uu**) - União das Freguesias de Atães e Rendufe - Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2019 – Primeira revisão, **vv**) - Freguesia de Gonça – Delegação de Competências – Ano de 2019, **ww**) - Freguesia de Ponte – Delegação de Competências e Subsídio – Avenida dos Tojais e Ampliação do Parque de Lazer - Projetos, Obras, Aquisição de Terrenos e Equipamentos, **xx**) - Freguesia de Creixomil – Delegação de Competências – Ano de 2019, **yy**) - Freguesia de Creixomil – Delegação de Competências – Ano de 2017 –

Primeira Revisão, **zz**) - Freguesia de Lordelo – Delegação de Competências e Atribuição de Subsídio – Diversas Ruas, **aaa**) - Freguesia de Caldelas – Delegação de Competências - Obras de Requalificação do Antigo Mercado, **bbb**) - Contrato interadministrativo de delegação de competências nas freguesias - Atribuição de verbas para reforço do apoio operacional nos estabelecimentos de educação e ensino básico, **ccc**) - Delegação de Competências nas Freguesias em Matéria de Limpeza das Vias e Espaços Públicos, Sarjetas e Sumidouros e de Realização de Pequenas Reparações nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico - Ano de 2020, **ddd**) - União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, **eee**) - Alteração de trânsito – União das Freguesias de Atães e Rendufe – Travessa da Escola (Atães). -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2020. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Adelina Paula Pinto, António Monteiro de Castro e Bruno Fernandes não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião. -----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, em reunião do executivo de 12 de setembro de 2019, deliberou aprovar o envio das condições gerais da concessão supra identificada, constantes das peças do procedimento concursal submetidas, designadamente o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, para Assembleia Municipal. Este órgão, por sua vez, deliberou aprovar a referida proposta, designada por “Concessão de Serviço





L.

Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães”, em sessão ordinária realizada a 27 de setembro de 2019, conferindo à Câmara Municipal autorização para aprovar as alterações posteriores aos documentos submetidos – Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, resultantes da consulta à entidade reguladora, ou propostas pelos serviços e pelas entidades consultoras, desde que não alterassem substancialmente as condições gerais então aprovadas. A proposta aprovada não integrava os vários anexos do procedimento, por se encontrarem, à data, em elaboração, e não interferirem nas condições gerais da concessão, mas que ficariam concluídos aquando do seu envio para a entidade reguladora – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). Esta aprovação nos órgãos municipais, condição necessária à submissão de pedido de emissão de parecer vinculativo à entidade reguladora, constituía um passo determinante ao cumprimento do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPT) – Lei n.º 52/2015, de 9 de junho. Esta lei determinava a data limite de 3 de dezembro de 2019 para o lançamento do procedimento concursal, obrigação que motivou a publicação no Jornal Oficial da União Europeia de 3 de janeiro de 2018, a abertura de concurso para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães, em conformidade com o estipulado n.º 2, artigo 7.º, do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros. O Município, em articulação com os consultores técnicos e jurídicos, finalizou as peças do procedimento concursal no início do mês de novembro, dando entrada do pedido de emissão de parecer na AMT, presencialmente, a 12 de novembro de 2019. Esta entidade, através do Parecer n.º 12/AMT/2020, de 3 de fevereiro, que se junta em anexo (Doc.1), emitiu parecer prévio vinculativo positivo quanto ao lançamento do

procedimento de Concurso Público para a concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros do Município de Guimarães, condicionado ao efetivo cumprimento das “Determinações” constantes do mesmo. Para o efeito, foram elencados onze pontos que, de acordo com a referida entidade reguladora, serão objeto de monitorização e acompanhamento. Visando o aperfeiçoamento e acomodação das determinações da AMT, sem prejuízo da explanação das limitações associadas ao desenvolvimento do procedimento, foi promovida reunião com a entidade reguladora, da qual resulta a assunção e integração nas peças do procedimento concursal agora submetidas, e, na sua inexecutabilidade, a fundamentação para a impossibilidade do seu cumprimento (Doc. 2). Acresce que, nos termos do disposto do nº 1 do artigo 10º, do RJSTP, a manutenção do regime de exploração a título provisório pelas Autoridades de Transportes competentes, de âmbito local, cujo prazo terminava a 3 de dezembro de 2019, foi, entretanto, prorrogado por 2 anos, através do Decreto-Lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro. Este diploma, que produziu efeitos a partir de 21 de novembro de 2019, altera o regime de autorização para a manutenção de exploração a título provisório, no âmbito do transporte público coletivo de passageiros, desde que tivessem sido, comprovadamente, iniciados os procedimentos pré-contratuais de seleção de operadores de serviço público ou contratualização de serviços públicos de transportes, através da aprovação das peças do procedimento e submissão das mesmas a parecer da AMT. Face ao exposto, e em conformidade com a resolução anterior, submete-se a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento de Concurso Público para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães, mediante aprovação das respetivas peças finais, constituídas por: Doc. 3 – Programa do procedimento; Doc. 4 – Caderno de



encargos e anexos: Anexo 1 – Rede de Transporte Público Objeto da Concessão; Anexo 2 – Matriz de riscos da Concessão; Anexo 3 – Modelo Financeiro da Concessão; Anexo 4 – Frota; Anexo 5 – Parâmetros de Plano de Rede e Oferta; Anexo 6 – Sistema de Bilhética, Sistemas de Apoio à Exploração e Informação e Website; Anexo 7 – Títulos e Tarifas; Anexo 8 – Efeito Financeiro Líquido das obrigações de Serviço Público Adicionais; Anexo 9 – Reporte; Anexo 10 – Avaliação de Desempenho e Sanções; Anexo 11 – Paragens e terminal rodoviários; Anexo 12 – Manutenção e limpeza; Anexo 13 – Auditoria externa anual; Anexo 14 – Erros e omissões ao Caderno de Encargos; Anexo 15 – Esclarecimentos e retificações ao Caderno de Encargos; Anexo 16 – Esclarecimentos prestados pelo Adjudicatário; Anexo 17 – Proposta Adjudicada; Anexo 18 – Programa do Procedimento. Por fim, considerando que já tinha sido aprovada a repartição de encargos pelo período de 10 anos, com início em agosto de 2020, e que o presente procedimento só poderá ter início após a presente deliberação da Câmara Municipal, implicando os inerentes procedimentos subsequentes, associados ao Código dos Contratos Públicos, entre os quais salientam-se a publicação no Jornal Oficial da União Europeia e a obtenção do visto do Tribunal de Contas, não é expectável que o início da concessão venha a acontecer na referida data, conforme inicialmente preconizado. Deste modo, em consonância com as peças do procedimento agora submetidas, propõe-se a aprovação de uma nova repartição de encargos, pelo mesmo período de 10 anos da concessão, mas com início em janeiro de 2021: -----

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Comparticipação pública.	2.575.744	2.904.219	2.962.303	3.021.549	3.081.980	3.143.620	3.206.492	3.270.622	3.336.035	3.402.755	30.905.319

Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

O Presidente da Câmara anunciou que estavam presentes hoje, na reunião de Câmara, o Prof. Álvaro Costa, docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o Eng.º Simão Portela e o Dr. Tiago Sousa Dalte, para apresentação, antes de a proposta ser submetida a discussão e votação, das peças do procedimento concursal relativo ao serviço de transporte rodoviário de passageiros no concelho de Guimarães. -----

Feita a apresentação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença da equipa técnica, referindo evidências de profissionalismo e saber no trabalho desenvolvido. -----

**DELIBERADO AROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DA VILA DAS TAIPAS - ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO -**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de fevereiro de 2020, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: “Requalificação do Centro Cívico da Vila das Taipas - O pedido de esclarecimentos apresentado por um dos interessados ao procedimento em assunto, na sequência da resposta a pedidos de esclarecimentos/erros e omissões disponibilizada na plataforma em 23/07/2019, foi objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP) que, nesta sequência, prestou a resposta em anexo. Para a elaboração da respetiva resposta ao pedido de esclarecimentos apresentado, foi necessário e imprescindível realizar um estudo que resultou na redação do relatório que se anexa, tendo sido ultrapassada a data para entrega de propostas sem que tal resposta tenha sido disponibilizada. Dado que a resposta ao pedido de esclarecimentos só agora se pode disponibilizar, deverá ser prorrogado o prazo para a entrega das propostas, por um



11.

período de 12 dias, equivalente ao atraso verificado entre a data da entrada do pedido de esclarecimentos a que agora se responde, e o termo do prazo para a apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 64º do Código dos Contratos Públicos. Assim, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, para posterior aprovação, mediante ratificação, pela Câmara Municipal: - a aprovação da resposta aos pedido de esclarecimentos, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica ACINGOV; - a prorrogação de prazo concedido aos interessados, para apresentação de propostas, por um período de 12 dias, a contar da data de envio do anúncio para Diário da República. Em consequência, deverão ser informados todos os interessados que as propostas deverão ser entregues até às 17:00 horas do dia 2 de março de 2020.” A referida resposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou a colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte dos idosos, no dia 04 de março, a Santo Tirso. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da Universidade Sénior e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 24 de fevereiro de 2020, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A FUNDAÇÃO PORTUGUESA “A COMUNIDADE CONTRA A SIDA”** – Presente a seguinte proposta: “A Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a Sida” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social reconhecida como instituição de utilidade pública. Presta apoio a utentes e suas famílias no âmbito desta doença. Tem ainda como objetivos a implementação de projetos e ações que versam a informação, sensibilização e educação preventiva no que concerne à infeção pelo VIH e a mobilização da sociedade na luta contra a Sida. Os municípios, por seu lado, dispõem de atribuições no que concerne à educação e à saúde, segundo o estatuído na lei nº 75/2013 de 12 de setembro, competindo-lhe entre outras questões, promover e “apojar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças”, art.º 33º nº 1 al. u) do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Assumem aqui importante relevância as ações desenvolvidas ao nível da educação e da comunidade escolar, bem como as que respeitam a populações mais vulneráveis. Nesse sentido, propõe-se a celebração de um protocolo de cooperação com a Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a Sida”, com vista a uma articulação a poio no desenvolvimento de atividades de sensibilização, prevenção, literacia e envolvimento da comunidade na luta contra a Sida, nos termos definidos no documento em apreço para a formalização desta parceria.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA” & “ASSOCIAÇÕES**



h  
pu

**COM HISTÓRIA** – Presente a seguinte informação: “Os serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento Municipal de atribuição da distinção “lojas com história” & “associações com história” no município de Guimarães. Com a aprovação deste Regulamento pretende-se promover a classificação e distinção de estabelecimentos comerciais e unidades de cafetaria, restauração e similares que se destacam pela sua singularidade e pelo reconhecido valor que têm e que contribui para a identidade do município e qualidade da paisagem social e económica de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à aprovação daquele Regulamento, para posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – OFERTA DE PUBLICAÇÕES À BIBLIOTECA, DURANTE O ANO DE 2019** – Presente a seguinte informação: “Para os devidos efeitos, remete-se à Reunião de Câmara a aceitação de 518 publicações oferecidas à Biblioteca Municipal, por várias entidades, durante o ano 2019, constantes da listagem em anexo. Informa-se que às ofertas referidas foram atribuídos os seguintes



valores: Livro €20,00, DVD €15,00, CD €15,00. 2019 - 518 livros; valor estimado (tendo por referência o valor de mercado) - €10.360,00.” A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 3/2018 –**

Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 5 de julho de 2018, a sanção disciplinar a aplicar nos termos propostos pela instrutora é a sanção disciplinar de multa, correspondente a seis remunerações base diárias, suspensão da sua execução pelo período de seis meses. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Assim, solicito a V/Exa. que submeta a presente proposta à próxima reunião da Câmara Municipal.” O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR APLICANDO A SANÇÃO DISCIPLINAR DE MULTA, CORRESPONDENTE A SEIS REMUNERAÇÕES BASE DIÁRIAS, SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE SEIS MESES.** -----

**RECURSOS HUMANOS – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DE DESPESAS COM**

**PESSOAL –** Presente a seguinte proposta: “ Nos termos do disposto no artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, cabe ao dirigente máximo do serviço decidir sobre o montante máximo de cada tipo de encargos relativos a despesas com pessoal, competência que, no âmbito das autarquias locais, cabe ao respetivo órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, consideradas as previsões constantes do orçamento de despesas com





L.

hu

peçoal, aprovado pela Assembleia Municipal, submete-se à Câmara Municipal a aprovação do montante máximo de cada tipo de encargos de despesas com peçoal: a) Encargos globais relativos a remunerações: €23.859.771,47; b) Encargos relativos aos postos de trabalho previstos no mapa de peçoal para os quais se prevê recrutamento: €312.957,73; c) Não afetar quaisquer verbas para alterações de posicionamento remuneratório, cuja concretização se reporta ao ano de 2019, nem a prémios de desempenho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – MAPA ANUAL DE RECRUTAMENTOS AUTORIZADOS** – Presente a seguinte proposta: “No mapa de peçoal em vigor para o corrente ano de 2020, resultante da proposta aprovada juntamente com o orçamento do município de Guimarães, bem como da alteração aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 21 de fevereiro último, é indicado um conjunto de postos de trabalho correspondentes a necessidades identificadas pelos serviços para o desenvolvimento das atividades propostas. Alguns dos postos de trabalho ali identificados são passíveis de ocupação através de instrumentos de mobilidade, designadamente mobilidade intercarreiras promovida ao abrigo do regulamento de mobilidade interna em vigor. Outros postos correspondem, contudo, a áreas de atividade que dificilmente conseguem ser garantidas através desse instrumento, nem pelo recurso a mobilidade entre órgãos e serviços ou por procedimento concursal restrito a candidatos com prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Para esses casos, prevê-se nos artigos 28.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na redação dada pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que os serviços da Administração Pública possam recorrer à abertura de procedimentos concursais a que possam ser candidatos pessoas sem vínculo de emprego público ou com

vínculo de emprego público a termo, nos termos e nos limites do mapa anual global de recrutamentos. Nestes termos, submete-se à Câmara Municipal, ao abrigo das normas citadas, em especial do n.º 4 e do n.º 6 do referido artigo 30.º, conjugadas com o disposto no artigo 4.º Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a aprovação do mapa anual global de recrutamentos em anexo, determinando-se, assim, os postos de trabalho a prover através de procedimento a que se possam candidatar candidatos com e sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Os postos de trabalho não previstos neste mapa serão preenchidos através de procedimentos concursais ou ofertas de mobilidade restritos a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de acordo com o n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, salvo em circunstâncias excecionais, devidamente fundamentadas, conforme permitido pelo n.º 7 do mesmo artigo 30.º, caso em que se solicitará expressa autorização da Câmara Municipal.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO – IMPLEMENTAÇÃO DE ZONA DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO NO EIXO VIÁRIO CONSTITUÍDO PELA ALAMEDA DE SÃO DÂMASO (NORTE), LARGO DO TOURAL (NASCENTE), E RUA DE SANTO ANTÓNIO, AO FIM-DE-SEMANA, COM CARÁTER EXPERIMENTAL** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães tem desenvolvido um conjunto de ações sustentadas visando a redução da presença do automóvel no centro da Cidade. Este caminho tem sido percorrido em etapas diferenciadas, designadamente pela requalificação do espaço público e criação de condições que dissuadem a utilização do transporte individual, designadamente na área classificada e arruamentos confinantes. À beneficiação generalizada do espaço público, o Município complementou,



1.

*fu*

em 1 de julho de 2016, um condicionamento físico do acesso automóvel ao centro histórico intramuros, constituindo o mesmo como uma alargada zona de acesso automóvel condicionado (ZAAC). Com a abertura ao público do Parque de Estacionamento de Camões, em agosto último, foram criadas condições adicionais para a promoção dos modos suaves no centro da cidade, dissuadindo a circulação e estacionamento dos automóveis, quer pela estabilização dos horários de condicionamento de acesso, quer pela penalização do estacionamento à superfície. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável comprovou o percurso realizado pelo Município, evidenciando igualmente que estas medidas não se esgotam num período temporal e ou na alteração de infraestruturas, devendo ser acompanhada de ações de sensibilização da população, potenciando uma mudança gradual de comportamentos e padrões modais. Considerando as características de lazer e comércio dos arruamentos do centro da cidade, confinantes com a área classificada intramuros, a promoção de modos de deslocação mais sustentáveis – pedonal, ciclável e transporte público, acompanha a atual tendência para a descarbonização e consequente incremento da saúde pública, deverá constituir um contributo para a promoção da atividade local, nas componentes de serviços e produtos, cabendo aos respetivos interlocutores, contribuir para a dinamização de iniciativas que aumentam a atratividade da fruição do espaço público. Neste contexto, submete-se à apreciação Camarária: I. o condicionamento de trânsito no eixo viário constituído pela Alameda de São Dâmaso (norte), Largo do Toural (nascente), e Rua de Santo António, ao fim-de-semana, de acordo com a postura infra explanada, com carácter experimental: 1. Arruamentos de acesso automóvel condicionado – trânsito proibido: Alameda de São Dâmaso (norte); Largo do Toural (nascente); Rua de Santo António; 2. Horário de condicionamento de trânsito: sábados e domingos, das 10h00 às

20h00. Sempre que tal for considerado conveniente, tendo em conta a evolução do trânsito, as condições meteorológicas e a realização de eventos ou outras iniciativas culturais ou lúdicas, o Presidente da Câmara Municipal poderá alterar o período horário do condicionamento ou as condições de acesso, ainda que com carácter pontual; 3. Estacionamento: é proibido o estacionamento durante o período de condicionamento; 4. Exceções: é permitido o acesso de veículos: de transporte público de passageiros, com carácter regular – TUG; de residentes dos arruamentos com acesso condicionado, mediante habilitação prévia; de veículos habilitados para acesso ao centro histórico intramuros, a partir da Porta Nova, fazendo-o a partir do Largo do Toural (poente); para acesso ao Parque de Estacionamento “Santo António”, a partir da rotunda do Largo Navarros de Andrade, sendo obrigatória a cedência de passagem deste sentido, relativamente à postura tradicional da Rua de Santo António, sul-norte; na prestação de socorro urgente e de polícia; que assegurem a realização de serviços de interesse público, indispensáveis ou urgentes; afetos a circuitos turísticos licenciados pelo Município; 5. Período experimental: de 18 de abril a 27 de setembro. II. a isenção do pagamento de taxas no parque de estacionamento de Camões, associado ao tarifário aplicável ao estacionamento rotativo, nos períodos horários associados ao condicionamento de trânsito – sábados e domingos, das 10h00 às 20h00. Com esta medida, estima-se que a receita que a autarquia deixa de arrecadar seja na ordem dos €680,00 por fim-de-semana, o que constitui, para este efeito, a despesa fiscal da ação, salvaguardando, no entanto, que este cenário dependerá sempre da adesão à iniciativa, expectativa que apenas poderá ser confirmada no decurso da mesma. Sem prejuízo do carácter experimental associado à presente alteração de trânsito, a isenção objeto do ponto II deve ser aprovada pela Assembleia Municipal, nos



L1-

termos do art.º 16.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**TRÂNSITO - PART – PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS – 2020 - AÇÃO ADICIONAL - REDUÇÃO TARIFÁRIA NO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – DESCONTO 30% DO PASSE SOCIAL** – Presente a seguinte proposta: “A Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2019 previu o financiamento do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) – Despacho n.º 1234-A/2019. À CIM do Ave coube uma dotação de €1.351.933, valor que foi repartido pelos municípios integrantes, sem prejuízo da comparticipação mínima obrigatória dos mesmos de 2,5% sobre a verba atribuída. Aos Municípios incumbiu a determinação das ações de apoio à redução tarifária nos transportes públicos coletivos, com uma parcela não inferior a 60% da verba alocada, e o remanescente (até 40%) no aumento da oferta do serviço e na extensão da rede. Considerando o hiato temporal entre a publicação do referido despacho e a implementação das ações, bem como o quadro jurídico aplicável ao serviço público de transporte de passageiros, por deliberação de 28 de março de 2019, o Município de Guimarães aprovou a implementação das seguintes ações, visando a redução tarifária de grupos alvo específicos: a. Ação 1: Comparticipação do valor remanescente (50%) do passe dos alunos do ensino secundário, que residam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino e beneficiem da comparticipação de 50% no âmbito do transporte escolar, no período de abril a julho de 2019, relativo ao ano letivo 2018/2019, e de setembro a dezembro de 2019, respeitante ao ano letivo 2019/2020; b. Ação 2: Comparticipação de 50% dos passes de alunos do ensino básico e secundário, que residam a uma distância inferior a 3 quilómetros do

estabelecimento de ensino, aplicável ao período de setembro a dezembro de 2019, relativamente ao ano letivo 2019/2020; c. Ação 3: Comparticipação de 50% do passe em transporte público regular para crianças ou jovens, até aos 18 anos - "Passe Sub-18", para o mês de agosto de 2019, período de férias escolares não abrangido pelo passe escolar, por forma a garantir a mobilidade e promover a sua capacidade de deslocação em transporte público, no concelho de Guimarães; d. Ação 4: Comparticipação do passe da linha da cidade (TUG) aos assinantes da CP - Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães, em €7,00, ficando a cargo do utente €10,00, por forma a promover o uso do transporte público, designadamente do modo ferroviário e a sua intermodalidade com o transporte em autocarro, de abril a dezembro de 2019, por forma a permitir igualmente um alcance supramunicipal, atento o serviço do comboio aos concelhos limítrofes, Vizela e Santo Tirso, bem como dos demais da Área Metropolitana do Porto, a onde este último concelho se integra, perseguindo o objetivo de migrar os utilizadores do transporte individual para o transporte coletivo. A implementação das quatro ações, com redução tarifária aos utentes do transporte público regular rodoviário, estimou uma despesa total de €546.269,10, valor que, decorrente da adesão real destinatários, ficou aquém da previsão, resultando numa taxa de execução de 49%, conforme quadro seguinte, por ação: -----

Ação	Designação	Comparticipação Prevista	Comparticipação efetuada	Taxa Execução
Ação 1	Comparticipação do valor remanescente (50%) do passe dos alunos do ensino secundário	309 841,30 €	266 872,23 €	86,1%
Ação 2	Comparticipação de 50% do passe de alunos com residência inferior a 3 kms	192 292,80 €	765,05 €	0,4%
Ação 3	Comparticipação de 50% de um "Passe Sub-18", mês de agosto	31 815,00 €	754,85 €	2,4%
Ação 4	Comparticipação do passe da linha da cidade (TUG) aos assinantes da CP - Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães	12 320,00 €	259,00 €	2,1%
<b>TOTAL</b>		<b>546 269,10 €</b>	<b>268 651,13 €</b>	<b>49%</b>



Considerando o nº de passes comparticipados no ano de 2019, verifica-se que apenas 40% dos destinatários dos vários grupos alvos usufruíram efetivamente das comparticipações preconizadas: -----

Ação	Designação	Nº passes comparticipados previsão	Nº passes comparticipados	Taxa execução
Ação 1	Comparticipação valor remanescente (50%) do passe dos alunos do ensino secundário	14 536	12 784	87,9%
Ação 2	Comparticipação de 50% do passe de alunos com residência inferior a 3 kms	13 735	46	0,3%
Ação 3	Comparticipação de 50% de um "Passe Sub-18", mês de agosto	2 273	37	1,6%
Ação 4	Comparticipação do passe da linha da cidade (TUG) aos assinantes da CP - Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães	1 760	37	2,1%
<b>TOTAL</b>		<b>32 304</b>	<b>12 904</b>	<b>40%</b>

de onde se conclui que: a. a ação com maior taxa de execução foi a ação 1, registando 86% face ao valor previsto inicialmente. Contudo, o impacto da gratuitidade do passe escolar dos alunos do ensino secundário com residência acima de 3km do estabelecimento de ensino não se demonstrou, no decorrer de 2019, significativo, registando-se um aumento de cerca de 1% do número de alunos com passe escolar no ano letivo 2019/2020, face ao ano letivo anterior 2018/2019; b. a ação 2 registou uma taxa de execução inferior a 1% face ao valor estimado inicialmente, registando apenas 17 novos pedidos de passe escolar, valor manifestamente residual face ao universo de alunos com residência a uma distância inferior a 3km do estabelecimento de ensino; c. Apesar da divulgação efetuada junto de diversas entidades, como juntas de freguesia, empresas municipais, comunicação social, abrigos de passageiros, estação central de camionagem, entre outros, a ação 3 registou uma taxa de execução inferior a 2% face ao valor estimado inicialmente, registando a comparticipação de 37 passes a crianças e jovens até aos 18 anos, aplicável exclusivamente para o mês de agosto; d. No âmbito da ação 4 e apesar da divulgação efetuada pelo Município de Guimarães e pelo concessionário TUG, foram comparticipados 37 passes da linha da cidade a utentes do comboio,



detentores de passe, no período de abril a dezembro, demonstrando que a adesão ficou aquém do previsto inicialmente. Não obstante é de referir que a medida foi fortemente elogiada pelos seus utilizadores, designadamente estudantes da Universidade do Minho, salientando ainda a articulação dos horários dos comboios, com os horários da Linha da Cidade, com paragem confinante com a estação de caminhos de ferro de Guimarães. O Programa de Apoio à Redução do Tarifário, iniciado e implementado em 2019, ao abrigo do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, tem continuidade em 2020 e nos anos seguintes, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro, que revoga o referido despacho e estabelece o regime jurídico associado à aplicação do PART aos transportes públicos coletivos de passageiros. São mantidos os princípios introduzidos pelo Despacho de 2019, promovendo a devida e inerente adaptação e prevendo o incremento da comparticipação mínima dos Municípios para 10% da verba transferida pelo Estado em 2020 e 20% nos anos seguintes. Na reunião do executivo de 27 de janeiro último, ainda sem aprovação do Orçamento do Estado e, por consequência, sem determinação da dotação do Fundo Ambiental para o PART, a Câmara deliberou a manutenção das ações consignadas no ano anterior, 2019, por forma a garantir a sua continuidade para o ano em curso, ponderando nos valores estimados, a seguir replicados, o conhecimento associado à execução supra referida: -----

Ação	Designação	nº meses	Valor estimado total para 2020
Ação 1	Comparticipação do valor remanescente (50%) do passe dos alunos do ensino secundário - jan a jul (ano letivo 2019/2020) e set a dez (ano letivo 2020/2021)	11	435 704,50 €
Ação 2	Comparticipação de 50% do passe de alunos com residência inferior a 3 kms - jan a jul (ano letivo 2019/2020) e set a dez (ano letivo 2020/2021)	11	3 210,13 €
Ação 3	Comparticipação de 50% de um "Passe Sub-18", mês de agosto	1	1 509,70 €
Ação 4	Comparticipação do passe da linha da cidade (TUG) aos assinantes da CP-Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães, em € 7,10, jan a dez	12	1 108,80 €
<b>TOTAL</b>			<b>441 533,13 €</b>





A aprovação destas ações para o ano em curso implica a atribuição de um subsídio aos utentes do transporte público regular rodoviário, numa despesa total estimada de €441.533,13, cabendo ao Município uma comparticipação mínima de 10% no âmbito do PART, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro. Tal como foi referido na anterior deliberação, a aprovação destas ações não dispensava a futura elaboração e aprovação de ações adicionais, no âmbito do PART para 2020, mediante determinação da dotação afeta à CIM do Ave. Apesar de ainda não ter sido publicado o despacho com a dotação que caberá à CIM do Ave para o ano em curso, por indicação desta o montante máximo a transferir pelo Fundo Ambiental será para o ano em curso de €1.686.052,01, valor ao qual acresce a comparticipação mínima obrigatória de 10% dos municípios que a integram. Como tal, em reunião de Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, de 31 de janeiro último, e com o intuito de implementar uma ação de redução tarifária transversal a todos os utentes, por forma a atrair mais utilizadores para o serviço público de transporte de passageiros, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a afetação de uma verba de €650.000,00 da dotação a atribuir pelo Fundo Ambiental à Autoridade Intermunicipal de Transportes (AIT) da CIM do Ave, destinada a: i. Comparticipação em 30% dos passes mensais, não bonificados, de todos os residentes do território da CIM do Ave, nas deslocações municipais, intermunicipais (origem e destino nos concelhos da CIM do Ave) e inter-regionais (com origem nos concelhos da CIM do Ave e destino noutra Comunidade Intermunicipal ou Área Metropolitana), previsivelmente a partir de abril de 2020. ii. Comparticipação em 30% do cartão com 10 viagens pré-pagas, a todos os residentes dos concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho, nas deslocações municipais, intermunicipais (com origem nesses concelhos e destino nos concelhos da

CIM do Ave) e inter-regionais (com origem nesses concelhos e destino noutra Comunidade Intermunicipal ou Área Metropolitana). A restante verba, que se estima ser de €1.036.052,02, será distribuída pelos municípios, com base nos critérios utilizados em 2019 (oferta de lugares x quilómetros e FEF), cabendo a Guimarães, enquanto Autoridade de Transportes, o montante de €377.362,22. Face ao exposto, submete-se à consideração superior a deliberação em reunião do executivo de aprovação da ação adicional preconizada pela CIM do Ave – redução tarifária de 30% dos passes mensais de todos os residentes do território da CIM do Ave, nas deslocações municipais, intermunicipais (origem e destino nos concelhos da CIM do Ave) e inter-regionais (com origem nos concelhos da CIM do Ave e destino noutra Comunidade Intermunicipal ou Área Metropolitana), que implicará uma comparticipação mínima prevista, respeitante aos 10% da verba cativa pela CIM do Ave para o efeito (€650.000,00), de €23.726,96.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO - COOPERAÇÃO ENTRE GUIMARÃES E PALMELA PARA A PROMOÇÃO TURÍSTICA – APROVAÇÃO DE ACORDO –**

Presente a seguinte proposta: “O planeamento e a organização para o desenvolvimento turístico devem ser pensados e concretizados numa lógica de parceria, inovação e complementaridade, condições inerentes ao incremento de uma atividade que assume uma relevância estratégica para a economia local, regional e nacional. Destinado a favorecer o trabalho sinérgico ao nível da promoção e a potenciar a atratividade turística de Guimarães e Palmela nos mercados nacional e internacional, proponho a aprovação do Acordo de Cooperação anexo.” A minuta do Acordo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

**EDUCAÇÃO - ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –** Presente a seguinte informação: “A Escola Secundária



1.

Martins Sarmiento solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos e professores no dia 28 de abril, à Penha. Considerando que se trata uma deslocação no âmbito de uma aula de campo a realizar na montanha da Penha e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 27 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO TÁVORA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação: “O Agrupamento de Escolas Fernando Távora solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 24 de março, à Póvoa de Varzim. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito de um passeio organizado pelo agrupamento e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado 24 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação: “O Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte de alunos e professores, nos dias 16 e 17 de março, a Braga. Considerando que se tratam de deslocações no âmbito da participação na atividade Parlamento Jovem e não havendo inconveniente para os serviços a

disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 20 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – FEVEREIRO DE 2020** - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa, assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CAISA – COOPERATIVA DE ARTES, INTERVENÇÃO SOCIAL E ANIMAÇÃO, C.R.L - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A CAISA – Cooperativa de Artes, Intervenção Social e Animação, C.R.L. solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos no dia 31 de março, a Vila Nova de Gaia. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 03 de março de 2020, deferi o pedido. Sendo



L.

uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – A CASTREJA – COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL, CRL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou à CASTREJA – Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL o transporte, em autocarro, de um grupo de idosos, nos dias 3 e 24 de março, a Fátima. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MASCOTELOS E SANTIAGO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou ao Centro Social Paroquial de Mascotelos e Santiago o transporte, em autocarro, das alunas do Curso Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde, no passado dia 19 de fevereiro, entre a Escola Secundária Martins Sarmiento e o Centro Social Paroquial de Mascotelos e Santiago. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos, no âmbito da atividade da Academia Sénior, no dia 26 de março, à Universidade do Minho (Polo de Azurém). Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 20 de fevereiro de 2020, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo o

transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte informação: “O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos, no âmbito da atividade da Academia Sénior, no dia 6 de abril, a Riba D’Ave. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 20 de fevereiro de 2020, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – GEMINAÇÃO COM A CIDADE DE GUIMARÃES – MARANHÃO –**

**BRASIL –** Presente a seguinte proposta: “Situada no litoral do Estado do Maranhão, Brasil, Guimarães adotou este topónimo em homenagem à nossa cidade. Fundada em 19 de janeiro de 1758 pelo Governador do Maranhão, Gonçalo Pereira, foi povoada por portugueses que se instalaram em casas de comércio e construíram grandes engenhos, que hoje são parte da história e do património desta cidade. Os seus habitantes são igualmente conhecidos pelo gentílico Vimaranense. Guimarães do Maranhão encetou os primeiros contactos tendentes à concretização da geminação com Guimarães em 2000. É uma cidade com uma população de cerca de 12 086 habitantes (Censo 2018) e uma área de 595.382 km<sup>2</sup>, que se orgulha da sua Cultura, do papel regional que desempenhou durante a colonização e pela forma harmoniosa como protege o seu ambiente. A economia do município assenta sobretudo na indústria, no comércio, na pesca, na agricultura e na pecuária. Após visitas realizadas por responsáveis da cidade desde 2000, é





11

fu

em 2017 que o Vice-Prefeito, Osvaldo Gomes, aventa um acordo de geminação com vista à promoção e reforço dos laços culturais e turísticos entre ambas as cidades. Em 2019, o Prefeito Geraldo Guimarães Pinho Júnior e os restantes Vereadores assinam um acordo manifestando a vontade de reforçar a cooperação internacional entre os dois municípios, através da geminação. Pretendem, com este acordo de geminação, dar início a um profícuo programa de intercâmbio cultural, social, educativo, desportivo, informativo e turístico, designadamente através da organização de exposições, troca de documentos, acolhimento de técnicos municipais, contactos entre empresas e instituições, entre outras iniciativas de interesse mútuo, manifestando ainda um interesse especial pela nossa política e prática de reabilitação patrimonial. Assim, considerando: 1. O paralelismo histórico entre as duas cidades, manifestado pela importância que ambas assumiram em diferentes períodos da História dos respetivos países; 2. O empenho e rigor que ambas colocam na valorização e preservação dos respetivos legados patrimoniais; 3. As similitudes verificadas atualmente, com um desenvolvimento económico principalmente baseado na indústria, havendo inclusivamente uma empresa de Guimarães a instalar-se em Guimarães do Maranhão; 4. As potencialidades passíveis de realização nos domínios da cooperação cultural, social, educativa, desportiva, informativa, turística e económica; 5. O interesse sincero e a empenhada vontade demonstrada pelos responsáveis de Guimarães do Maranhão em formalizar com Guimarães uma relação de geminação. Proponho que, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua versão atual, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de um acordo de geminação do Município de Guimarães com a cidade de Guimarães do Maranhão, Brasil, nos termos da competência prevista na al. t) do n.º 1 do

art.º 25.º do mesmo diploma legal.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**CULTURA - FEIRA AFONSINA 2020 – APROVAÇÃO DAS NORMAS DE**

**PARTICIPAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Numa edição dedicada à

Mulher na Idade Média, a Feira Afonsina 2020 decorrerá no Monte Latito,

Largo Martins Sarmento, Largo Cónego José Maria Gomes, Praça de S.

Tiago, Largo da Oliveira, Largo dos Laranjais e ruas adstritas, de 18 a 21 de

junho. Relativamente às normas aprovadas para a edição de 2019,

verificam-se alterações substanciais que justificam a necessidade de

aprovação de novas normas: - Alteração da área de implantação da Feira:

para além da área de intervenção do Monte Latito, a edição deste ano

compreenderá também Largo Martins Sarmento, Largo Cónego José Maria

Gomes, Praça de S. Tiago, Largo da Oliveira, Largo dos Laranjais e ruas

adstritas; - Adaptação das datas de receção e aprovação de candidaturas ao

calendário 2020; - Inserção no item “Deveres dos participantes”, de mais

obrigatoriedades no que diz respeito à utilização e manuseamento de

elementos de queima/gás, por questões de segurança contra incêndios;

Mantêm-se inalteradas as taxas de participação e as respetivas diferenças

em função da tipologia de produtos comercializados. Juntam-se, em anexo,

as três tipologias de normas a alterar, cuja aprovação ora proponho.” As

normas de participação dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em

pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -**

**CULTURA – 25 ANOS DE ELEVAÇÃO A VILA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS –**

**LORDELO, MOREIRA DE CÓNEGOS, SÃO JORGE DE SELHO (PEVIDÉM),**

**PONTE, SÃO TORCATO E SERZEDELO** - Presente a seguinte proposta:

“Foram publicadas em 30 de agosto de 1995 as leis da Assembleia da

República que decretaram a elevação à categoria de vila de seis localidades

do Concelho de Guimarães. Lordelo, Moreira de Cónegos, Pevidém, Ponte,





L1

*[Handwritten signature]*

São Torcato e Serzedelo celebram em 2020 o seu 25º Aniversário como Vilas, facto que merece ser assinalado e destacado, não apenas pela efeméride, mas pela forma como estas Vilas cresceram e se afirmaram: conservando as suas identidades, geraram um sentido de pertença nos seus habitantes, ao mesmo tempo robustecendo a identidade e coesão de Guimarães. O sucesso destas Vilas orgulha todo o Concelho e reflete-se, tanto nas dimensões cívica, cultural e ambiental, como na sua preponderância para o desenvolvimento económico e competitividade do Município. Como forma de participar nas celebrações dos respetivos aniversários de elevação à categoria de Vila, proponho a atribuição de subsídios de €5.000,00 às freguesias de Lordelo, Moreira de Cónegos, São Jorge de Selho (Pavidém), Ponte, São Torcato e Serzedelo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CANDOSO S. MARTINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, que disponibilizou, à Associação Cultural e Recreativa de Candoso S. Martinho o transporte em autocarro, da equipa de Futsal, no passado dia 23 de fevereiro, a Viseu, para participação no Campeonato Nacional. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO Nº 428 ABAÇÃO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação: “O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento Nº 428 Abação solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, nos dias 21 e 22 de março, a Ponte de Lima. Considerando que se tratam de deslocações no âmbito de atividades escutistas e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 20 de fevereiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a

atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - GTEAM GUIMARÃES FC - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou ao GTEAM GUIMARÃES FC o transporte, em autocarro, de uma comitiva, nos passados dias 22, 24 e 25 de fevereiro, a Viseu, no âmbito da participação de três atletas da equipa no Torneio Interassociações, pela Seleção Sub17 da Associação de Futebol de Braga.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE - CEDÊNCIA**

**DE AUTOCARRO –** Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou ao Centro de Atividades Recreativas Taipense o transporte, em autocarro, da equipa de Patinagem Artística, no passado dia 23 de fevereiro, a Leiria, no âmbito da participação na competição de show em Patinagem Artística. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara será descentralizada, realizando-se na União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, considerando-se devidamente convocados todos os membros do Órgão Executivo presentes nesta reunião. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS DOZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----

*Assinatura do Presidente*

*Assinatura do Presidente*